



## Tribunal de Justiça promove doação de veículo para Aflodef

O Tribunal de Justiça promoveu, neste mês, a doação de um veículo em favor da Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos (Aflodef).

O veículo será utilizado para transporte de associados na entidade que residem em áreas de risco na cidade, como nas encostas, onde as ruas não permitem que vans e micro-ônibus trafeguem com desenvoltura. Servirá ainda para locomoção das assistentes sociais da entidade em trabalhos de campo, quando precisam elaborar estudos sociais na periferia.

“A Justiça não pode se restringir ao papel, ao processo; é preciso também pensar nas pessoas”, comentou o presidente do TJ, desembargador Nelson Schaefer Martins, satisfeito em poder auxiliar, ainda que de forma singela, na ampliação da acessibilidade ao cidadão.

“Esperamos também que outras instituições busquem apoiar a Aflodef e sua luta pela acessibilidade ao cidadão mais carente”, acrescentou o corregedor-geral de Justiça, desembargador Luiz César Medeiros, também presente ao ato, realizado defronte à sede da entidade, no centro da cidade.

O presidente da Aflodef, José Roberto Leal, recebeu as chaves e os documentos do veículo na oportunidade.



## Comarca de Tubarão sedia novo Encontro Regional de Magistrados com a cúpula do TJ

Os magistrados de 1º grau não perdem a oportunidade de estar frente a frente com a cúpula do Judiciário para relatar seus anseios e angústias referentes à prestação jurisdicional, que se dá mais próximo da comunidade.

No último dia 10 de junho, em Tubarão, durante a 7ª Reunião Regional de Magistrados, promovida pelo Tribunal de Justiça, não foi diferente. Elogios à iniciativa, comuns entre todos, logo deram espaço para reivindicações, conforme a realidade vivenciada em cada comarca.

Neste sétimo encontro desde o início da gestão do desembargador Nelson Schaefer Martins, em 1º de fevereiro deste ano, magistrados de 11 comarcas do sul catarinense estiveram reunidos com o presidente do TJ e seus principais colegas de corpo diretivo - os desembargadores Torres

Marques (1º vice-presidente), Luiz César Medeiros (corregedor-geral de Justiça), Sônia Maria Schmitz (2º vice-presidente) e Ricardo Orofino da Luz Fontes (vice-corregedor-geral da Justiça).



## DTI cumpre resolução do CNJ e disponibiliza visualização de gravações na web

A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) já disponibilizou via portal e-SAJ, no serviço de “Consulta de Processos On-Line de 1º Grau”, a funcionalidade de visualização de gravações na web.

A medida busca cumprir a Resolução n. 105 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, referente a documentação de depoimentos por meio do sistema audiovisual e realização de interrogatório e inquirição de testemunhas por videoconferência.

Essa nova funcionalidade, explica Melissa Pereira de Castro, da Divisão de

Sistemas Judiciais de 1º Grau da DTI, está disponível para processos digitais e físicos do sistema SAJ/PG5, e respeitará as regras de permissões de acesso de cada usuário e perfil ao portal e-SAJ, de acordo com a Resolução n. 121 do CNJ.



## Perfil >> Leandro Alvim



Após a cisão da Diretoria Judiciária e o surgimento da Diretoria de Cadastro, a Seção de Plantão Judicial ficou responsável pela entrada de recursos e processos originários para julgamento em 2ª instância. O homem à frente deste setor é Leandro Alvim, funcionário que “toca o barco” desde outubro de 2011.

Graduado em Direito, Leandro ingressou no Judiciário em 2006 e, após passar um período em cartórios no 1º grau, aportou no TJ. Leandro afirma que o fluxo processual é maior no recesso. Para se ter ideia, no último ano foram 150, contra 17 recebidos no mês de junho. No dia a dia, o plantão judiciário faz o cadastramento das matérias e as encaminha às câmaras. Mas é entre 19 e 9 horas que o setor faz jus ao nome. Leandro recorda um caso durante um plantão de carnaval: um médico, com um documento reconhecido em cartório, recusou-se a fazer uma transfusão de sangue por questões religiosas. O juiz não reconheceu o pedido liminar do Ministério Público, e tudo foi resolvido com o provimento de um agravo no TJ. “A existência do plantão é fundamental, pois ele atende com celeridade aqueles processos que não podem esperar”, resume Leandro.



## Juiz lança livro sobre função social e propriedade imóvel privada

O juiz Luiz Antônio Zanini Fornerolli lançou recentemente a 1ª edição do livro “A função social e a propriedade de imóvel privada: o aproveitamento adequado do solo urbano”, pela Conceito Editorial.

A obra é resultado de tese defendida em 2012, pela qual o magistrado recebeu nota máxima e o título de Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Sevilha, na Espanha.

O livro aborda o instituto jurídico da propriedade constitucional, com um estudo aprofundado da modulação jurídica entre a função social da propriedade e a ordem econômica, conforme modelo escrito na Consti-

tuição Federal de 1988.

Natural de Florianópolis e formado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o juiz Zanini Fornerolli está lotado atualmente na 1ª Vara da Fazenda Pública de Florianópolis.



>> Presidente do Tribunal recebe presidente da Fiesc em visita protocolar



>> Presidente do TJ recebe dirigentes da Acaert e empresários de comunicação de Santa Catarina



>> Dirigentes do Tribunal de Justiça recebem visita do cônsul-geral do Japão

